

Emp 148/2016

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 257, DE 2016

### EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o inciso II do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – LRF, constante do art. 14.

### JUSTIFICAÇÃO

O inciso II do art. 18 da LRF proposto pelo art. 14 do PLP 257 inclui como despesa com pessoal os valores repassados para organizações da sociedade civil relativos à contratação de mão de obra por tais entidades para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco.

Com essa medida, haverá um forte inchaço do gasto com pessoal, visto que passarão a ser sujeitos ao limite de despesas com essa rubrica, na União e nos Entes da Federação, de milhares de pessoas que prestam serviços a organizações não-governamentais e que são custeados com recursos de transferências, convênios, termos de parceria e outras formas de colaboração.

Não se trata, porém, de servidores, não ocupam cargos ou empregos públicos, e não têm qualquer vínculo com o ente estatal, embora em muitos casos executem funções típicas de servidores públicos na prestação de serviços públicos ou na gestão das entidades.

Em lugar da transparência e controle fiscal, o que a alteração pretende é, mais uma vez, penalizar o servidor pelo uso de mecanismos de contratação fora do Estado para a prestação de serviços públicos aos cidadãos, pois a partir do “excesso” de despesa que venha a ser configurado, consequências perversas ocorrerão, de forma injusta e imprevisível.

Por outro lado, penaliza os entes estatais, que, por força de suas peculiaridades, utilizem-se de instrumentos de cooperação



